

O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE E PANDEMIA DA COVID-19 EM 2020 NO BRASIL: PRIMEIRAS REFLEXÕES

Júlia Sleifer Alonso*

Do Projeto de Pesquisa: O presente Projeto de Pesquisa, intitulado como "Pandemia 2020 e o Princípio da Fraternidade" foi selecionado, cadastrado e compõe o conjunto de ações das Pró-Reitorias de Extensão e Cultura (PROEXT), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRO-PPI) da Universidade Federal do Pampa - Unipampa. Por meio do Ofício nº 130/2020/PROGRAD/UNIPAMPA, de 20 de março de 2020, a universidade, levando em consideração o grave momento que o Brasil atravessa no enfrentamento da COVID-19 e o caráter de excepcionalidade que obriga a sociedade a viver em condição de isolamento social/quarentena, convocou as(os) servidoras(es) a desenvolver projetos especiais, realizados, primordialmente, de forma remota ou que não envolvam aglomerações de pessoas, atendendo as recomendações das autoridades sanitárias, que objetivem: 1) Combater o avanço da Pandemia COVID-19; 2) Reduzir os efeitos do isolamento social/quarentena sobre a saúde da população. Neste sentido, atendendo o chamado, foi apresentado a proposta deste Projeto Especial de Pesquisa, vinculado ao Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, e situa-se dentro da temática de Direitos Humanos e Cidadania, sob coordenação da Professora Deisemara Turatti Langoski. A pesquisa encontra-se em andamento, com término previsto para abril de 2021 e conta com a participação de quinze (15) alunos da graduação.

Do Relato: O projeto especial de pesquisa tem como propósito geral gerar conhecimento objetivo e sistemático a partir das interferências dos diversos atores mundiais envolvidos no enfrentamento da pandemia da COVID-19, com vistas a auxiliar as comunidades locais a lidar com as multifacetadas perspectivas da crise. E como objetivos específicos: Pontuar as ações da mídia, de governos, de movimentos sociais e da sociedade civil, assinalando as medidas adotadas que evidenciam o princípio da fraternidade; Investigar como ocorreu o enfrentamento da pandemia na Fronteira da Paz, assinalando as ações conjuntas que movimentaram a região transfronteiriça; Projetar as perspectivas relacionais no pós pandemia à luz do princípio da fraternidade; Produzir resumos e artigos a partir das pesquisas e ponderações realizadas com a pesquisa, para a publicação e divulgação em eventos científicos.

A técnica de pesquisa que está sendo utilizada para a elaboração deste estudo,

* Estudante do 9º período do curso de Direito na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Santana do Livramento. juliasleiferalonso@gmail.com. *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/5003007476742764>.

Deisemara Turatti Langoski é orientadora do presente trabalho. Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Santana do Livramento. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). deisematuratti@unipampa.edu.br. *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/3978473576279102>

principia pela pesquisa exploratória e descritiva de periódicos dispostos na imprensa escrita e digital que abordam os fatos da pandemia e o papel dos diversos atores a serem analisados. Além disso, a pesquisa será bibliográfica, em que serão utilizados materiais publicados relacionados ao princípio da fraternidade e aos subtemas correlacionados de diversos autores clássicos e contemporâneos, dispostos em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e outras fontes. Referidos subtemas eleitos são os seguintes: O papel da mídia; O papel dos governos; O governo brasileiro; O impacto econômico; A sociedade civil; Os profissionais da saúde; Os movimentos transfronteiriços; O Vaticano e a Pandemia; O vírus e o meio ambiente; A dupla face da tecnologia; As perspectivas de Pós-Pandemia. A pesquisa privilegia como método de abordagem o dedutivo e a análise de conteúdo, a partir da sistematização das informações. E o método de procedimento monográfico.

Como resultados esperados desta pesquisa especial, encontram-se os seguintes: 1) Preparação do discente para a iniciação científica e formação do quadro de pesquisadores com conhecimento teórico-metodológico no Curso de Direito da Unipampa; 2) Difusão do conhecimento sistematizado a fim de colaborar com a comunidade local para a compreensão dos múltiplos efeitos da pandemia; 3) Participação em eventos científicos internos e externos, com o intuito de apresentar os resultados da presente pesquisa.

Na sociedade contemporânea, observa-se uma mudança cultural, eis que as relações humanas e sociais transpuseram os limites geográficos estatais, o que seguramente altera o processo de efetivação dos Direitos Humanos. Na esteira dessa perspectiva, o estudo da cidadania e da fraternidade, a primeira, ligada, tradicionalmente, aos direitos civis e políticos e, a segunda, permanecendo coesa com os Direitos Humanos, apresenta subsídios elementares que possibilitam a compreensão para as novas dinâmicas no enfrentamento da situação vivenciada pela pandemia da COVID-19 a nível mundial.

Deste modo, sob a ótica do Estado brasileiro e a conjuntura globalizante da pandemia, e suas nefastas consequências que aflige toda a população do mundo, assinalando temáticas específicas depara-se que o sistema jurídico encontra-se diante de um conflito de valores, da volubilidade de princípios, da deficiência de imperatividade, enfim, de uma verdadeira mutação paradigmática. Neste diapasão, o princípio valor da fraternidade, conduz com elementos basilares para um agir diferenciado frente aos desafios impostos, bem como para ações solidárias e humanas e, para o embasamento legal ao enfrentar novas demandas jurídicas e sociais.

O Princípio da Fraternidade, fundamenta-se, especialmente, na dignidade da pessoa humana, reconhecendo o outro como ser humano, um igual, equitativo, independente das diferenças, merecedor de respeito sobre sua própria existência, abarcando compromissos e responsabilidades por ser sujeito de direito e viver em sociedade (OLIVEIRA; CASTAGNA, 2016, p. 40). Usando os elementos e subsídios da fraternidade, é possível analisar o contexto sócio-jurídico e social em relação à pandemia da COVID-19 na conjuntura brasileira, de diversos pontos de vistas e a partir das temáticas específicas abordadas, tal qual o projeto de pesquisa especial vem estudando e já apresentando resultados.

Para as investigações e proposições, considera-se como definição do princípio da fraternidade, em uma dimensão jurídica e relacional, como:

[...] um dever do cidadão para com outro cidadão, do cidadão para com a comunidade, com a participação do Estado, ou seja, um compromisso de todas as pessoas humanas – e instituições públicas e privadas – que atuam em uma sociedade livre e plural para com o desenvolvimento e concretização da liberdade e da igualdade nos seus mais variados aspectos (jurídicos, políticos, econômicos, sociais, culturais, dentre outros), para a promoção e adesão do conjunto de seus membros para com os projetos de felicidade e bem estar comum da comunidade (nacional, internacional, global), como forma de superação do discurso liberal e individualista caracterizado pelos egoísmos particulares que impedem na prática uma convivência voltada para o outro, para o nosso, para o coletivo, resultando no desrespeito a dignidade de todos os seres humanos, principalmente, quando este está pautado nas relações de gênero (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

No mês de junho do presente ano, ocorreu a participação de (6) alunos integrantes da Pesquisa Especial no evento científico "I Encontro sobre Direitos Humanos" promovido via on-line pela Universidade do Estado de Mato Grosso, apresentando os primeiros resultados, parcialmente obtidos nas pesquisas: "O Princípio da Fraternidade e sua aplicação em tempos de pandemia nas prisões brasileiras" de autoria da Júlia Sleifer Alonso; "A pandemia de COVID-19: o direito de ir e vir versus o direito à saúde" de autoria de Giovana Borges Costa; "A pandemia da COVID-19 vista sob a teoria da fraternidade" de autoria de Maria Fernanda Freitas e Fernanda Moreira Stocher; "Alterações no regime de teletrabalho frente a pandemia da COVID-19 e consequências na proteção trabalhista" de autoria de Alexander Santos Kubiak e "O impacto da COVID-19 na população indígena brasileira: a saúde como direito fundamental", de Yuri Pereira Gomes.

Ainda no mês de junho, foi apresentado a pesquisa intitulada "Fraternidade em tempos de pandemia COVID-19: as ações em prol das pessoas em situação de rua no Brasil" de autoria de Júlia Sleifer Alonso no "I Encontro Virtual do CONPEDI" evento realizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Na referida pesquisa, foi possível fazer uma análise em relação às medidas governamentais e não-governamentais tomadas em relação à população de rua existente no Brasil atualmente, que já ultrapassa 100 mil pessoas (IPEA, 2017) e que por decorrência da pandemia vêm aumentando. Foi possível chegar a conclusões de que a própria sociedade civil está mais engajada e preocupada com a situação dessa população, buscando alternativas de levar condições mínimas de higiene pessoal e alimentação. Enquanto governadores, como por exemplo o prefeito da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, está respondendo por uma Ação Civil Pública (número 5021931-14.2020.8.21.0001) pelo fato de não tomar medidas eficazes em relação à essa população, que vive nas ruas e não contam com a ajuda para sobrevivência e auxílio em tempos de pandemia por parte das autoridades estatais.

Todas as pesquisas estão em andamento e ao final será possível obter dados concretos da conjuntura que o Brasil está vivendo em meio a pandemia da COVID-19, assim como apontar quais serão os próximos desafios que a pandemia causará nas mais diversas esferas do direito brasileiro e na vida da população brasileira.

Privilegiar os estudos do princípio da fraternidade frente aos impactos de toda a ordem (jurídica, econômica, social, cultural, ambiental, etc.) acometidos por meio da pandemia da COVID-19 em suas inúmeras facetas é mais um desafio aos estudiosos do direito. Esta postura convoca que de toda e qualquer pessoas, uma atitude mais humana, cidadã e solidária, além do operador do direito passar a fazer uma reinterpretação do direito existente, com base nos paradigmas da sociedade cosmopolita com o intuito de proporcionar novos e importantes contributos para o diálogo mundial das questões humanidade e fraternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA SÃO TEMA DE AÇÃO JUDICIAL NO RS. *Defensoria Pública da União*, 2020. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-rio-grande-do-sul/56459-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua-sao-tema-de-acao-judicial-no-rs>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de; CASTAGNA, Fabiano Pires. Crise no Ensino Jurídico: a aproximação entre o princípio da Fraternidade e a teoria crítica do direito na análise das diretrizes curriculares nacionais. In: VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de; MOTA, Sergio Ricardo Ferreira (Orgs.). *O Direito revestido de fraternidade: Estudos desenvolvidos no programa de pós-graduação em direito da UFSC*. Florianópolis: Insular. 2016.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Mulheres e trabalho: desigualdades e discriminações – o resgate do princípio da fraternidade como expressão da dignidade humana*. RJ: Lúmen júris, 2016.

PESQUISA ESTIMA QUE O BRASIL TEM 101 MIL MORADORES DE RUA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303. Acesso em: 14 abr. 2020.